Proposta de Resolução n.º 56/XIII/2.ª

O Segundo Protocolo à Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, adotado na Haia, em 26 de março de 1999, no sentido de reforçar as disposições da Convenção e do Primeiro Protocolo, cria um regime de proteção forçada dos bens culturais em tempo de guerra ou de ocupação e estabelece a responsabilidade individual dos autores dos crimes e prevê a necessidade, em tempo de paz, de medidas preparatórias para a salvaguarda dos bens em caso de conflito.

Ao longo do século XX, e principalmente na sequência de conflitos cada vez mais à escala global e com o surgimento de blocos de cariz marcadamente geoestratégico, verificou-se a implementação e organização de várias convenções, leis e acordos nacionais e internacionais para a defesa, proteção e preservação do património cultural, tanto na sua vertente tangível como intangível face à crescente letalidade e capacidade de destruição resultante dos conflitos armados.

Os desafios que se levantaram conduziram à necessidade de definir o património da forma mais objetiva possível, de maneira a que nenhum objeto patrimonial suscetível de ser preservado pudesse ser ignorado ou perdido, mercê da incúria, desconhecimento ou da intenção clara de o destruir. Nas matérias da salvaguarda e valorização do património cultural, as últimas décadas do século XX foram, por isso, marcadas por um conjunto relevante de preocupações patrimoniais.

Assim:

Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo apresenta à Assembleia da República a seguinte proposta de resolução:

Aprovar, para adesão, o Segundo Protocolo à Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, adotado na Haia, em 26 de março de 1999, cujo texto, na versão autenticada na língua inglesa, bem como a respetiva tradução para língua portuguesa, se publica em anexo.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 6 de julho de 2017

O Primeiro-Ministro

OMinistro dos Negócios Estrangeiros

O Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares